

A PRODUÇÃO DE DOCUMENTÁRIOS NA PARAÍBA A PARTIR DOS PROGRAMAS DOCTV E REVELANDO OS BRASIS

Filipe Brito Gama¹

Resumo:

Pretende-se analisar neste trabalho as relações entre a produção de documentários na Paraíba e o financiamento desses filmes através de editais de fomento à produção audiovisual, criados com apoio do Estado, especificamente os filmes documentários paraibanos realizados através dos Programas DOCTV e Revelando os Brasís, ambos os projetos executados com apoio do Ministério da Cultura, feitos na primeira década dos anos 2000. Observando os filmes desenvolvidos nesses dois Programas, serão analisadas as condições de produção dos documentários, refletindo desde o financiamento até as questões relacionadas à realização cinematográfica.

Palavras-chave: DOCTV; Paraíba; Revelando os Brasís; Documentário; Política Audiovisual;

1 – As leis e editais na instância federal e a produção de documentários

Observando as relações entre a produção de documentários e as políticas públicas de incentivo ao audiovisual no período anterior ao da Retomada, pode-se notar, segundo Consuelo Lins e Cláudia Mesquita (2008: 11) que:

Diferentemente do cinema brasileiro de ficção (sobretudo em longa-metragem), a produção documental não ‘sucumbiu’ à crise que marcou a passagem dos anos 80 para os 90, com a extinção da Embrafilme[...] Na trilha iniciada nos anos 80, seguiu se destino de gênero “menor”: realizado sobretudo em vídeos, manteve fortes ligações com os movimentos sociais que surgiram ou reconquistaram espaço com a redemocratização do país, restrito à pouca visibilidade de fora do circuito de festivais, associações, sindicatos e TVs comunitárias.

As leis de incentivo à cultura criadas em meados dos anos 1990 foram vetores fundamentais para o crescimento da produção de documentários, além de terem sido o principal estímulo à produção cinematográfica, “através de uma legislação de incentivo ancorada em mecanismos de renúncia fiscal” (Lins; Mesquita, 2008: 11), tornando mais atraente para empresas privadas o patrocínio em projetos audiovisuais, principalmente a partir da Lei do Audiovisual e a Lei

¹ Mestrando em Imagem e Som pela Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Imagem e Som. E-mail: filipebgama@gmail.com

Rouanet. André Gatti (2007: 120) assevera que entre 1994 e 1999 foram produzidos através das leis de incentivo “116 longas-metragens, 80 documentários e um grande número de curtas-metragens no País, com investimento de US\$ 332 milhões em produção e comercialização”.

Mesmo com a ampliação de recursos através desses mecanismos de incentivo, promovidos pelo governo federal, não é em todos os estados brasileiros que os produtores audiovisuais conseguem financiar seus projetos, através de tais organismos, ou até através dos editais disponíveis na Secretaria do Audiovisual do MinC.

Segundo Karla Holanda (2008: 30) a “promoção de concursos públicos estaduais e municipais estimula a prática de desenvolvimento de projetos audiovisuais [...]”, encorajando os realizadores a participar também de concursos nacionais (Holanda, 2008: 31). Nos estados do Nordeste, durante o período da pesquisa de Holanda (1994 a 2003), pode-se destacar Pernambuco, Bahia e Ceará, que possuíam concursos estaduais e que conseguiram também que os realizadores tivessem seus projetos aprovados em concursos de nível nacional. Analisando a produção de documentários paraibanos no período referente à primeira década dos anos 2000, poucas são as obras financiadas com algum incentivo do nível federal. Observando relatórios mais recentes disponibilizados no site da Ancine sobre a produção cinematográfica brasileira, mais especificamente nas listas “Filmes Brasileiros Lançados – 1995 – 2011²” e “Filmes Brasileiros por UF da Produtora - 1995 a 2011³”, além de “Valores Captados por UF da Produtora – 1995 a 2011⁴” nenhuma produção do estado foi encontrada. Ao pesquisar nos catálogos de 2004 a 2008, produzidos pelo Ministério das Relações Exteriores juntamente com a Secretaria de Audiovisual (SAV) do MinC e a Ancine, e que tem o objetivo de reunir a produção brasileira de longas-metragens, encontrou-se apenas um filme que é o documentário “O Senhor do Castelo” (2008) de Marcus Villar, mas que não se utilizou de nenhum concurso ou edital federal, nem através de recursos captados via Lei do Audiovisual ou Lei Rouanet.

Mas a partir de instrumentos normativos como a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual, e de recursos federais disponíveis através do Fundo Nacional de Cultura, organizam-se editais de fomento à produção cinematográfica com o intuito de premiar projetos específicos submetidos pelos produtores. Em alguns editais existe a possibilidade não só de financiamento dos filmes, mas também da exibição desses em uma janela que atinge um vasto público, que é a televisão, e que tem como exemplo de maior destaque o DOCTV e o Revelando os Brasis. Lins e Mesquita (2008: 13), ao tratar desses editais e programas, afirmam:

Se o documentário brasileiro ainda procura seu público, tais programas apostam na janela da televisão e evidenciam outra dimensão: a presença, na atualidade, de iniciativas que investem na democratização do acesso à realização de conteúdos audiovisuais, às vezes visando a novas modalidades de formação e inclusão. Programas do Ministério da Cultura como o Revelando os Brasis (dirigido a

²<http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/DadosMercado/2102a.pdf>

³http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/DadosMercado/2103_02052012.pdf

⁴<http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/DadosMercado/2404.pdf>

realizadores de municípios com até 20 mil habitantes) apontam outros papéis para o documentário hoje: lugar da produção de imagens “menores”, da realização de auto-representação, da afirmação da diversidade de experiências, identidades e linguagens.

O presente trabalho busca compreender o funcionamento do Revelando os Brasis e do DOCTV na Paraíba, na primeira década dos anos 2000, bem como ponderar sobre a formação desses programas, como eles foram executados no Estado e quais as obras resultantes desse processo. Foram analisadas as três primeiras edições do Revelando os Brasis (os filmes da quarta edição foram exibidos apenas em 2011) e também os três editais do DOCTV paraibano.

2– Considerações sobre o Projeto Revelando os Brasis e a Paraíba

O Projeto Revelando os Brasis nasceu na Secretaria do Audiovisual, integrando um “conjunto de ações que visam democratizar o acesso aos meios de produção audiovisual” (Calabre, 2011: 69) e existe a partir 2004, sendo realizado pelo Instituto Marlin Azul ⁵(nas duas primeiras edições em parceria com a Secretaria do Audiovisual), e atualmente tem patrocínio da Petrobrás por meio da Lei Rouanet (no primeiro ano o projeto foi financiado pelo Fundo Nacional de Cultura) e parceria estratégica com a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, além da parceria com o Canal Futura, TV Brasil e Riofilme. Nas três primeiras edições (2004, 2005 e 2007), que serão analisadas neste trabalho, 120 cidades tiveram projetos selecionados, de todas as regiões do Brasil.

O Revelando os Brasis é um projeto, segundo a própria definição encontrada no seu site, de inclusão audiovisual para moradores de pequenas cidades, isto porque ele tem como foco apenas cidade com menos de 20 mil habitantes. Qualquer habitante desses municípios, maior de 18 anos, pode participar do Concurso Nacional de Histórias ao inscrever uma narrativa original para a produção de uma ficção ou um documentário.

Em cada edição, ao todo são selecionadas 40 histórias de diversas partes do Brasil.

Posteriormente, os autores participam de uma série de oficinas preparatórias de Roteiro, Direção, Produção, Fotografia, Som, Edição, Direção de Arte, Direitos Autorais, Mobilização e Comunicação Colaborativa, para que possam transformar suas histórias em vídeos produzidos em suporte digital, de até 15 minutos.

A descentralização da produção audiovisual e a inclusão de novos realizadores são alguns dos principais objetivos do Revelando os Brasis, estimulando moradores das pequenas cidades a contar suas histórias, promovendo a criação de obras que tenham como tema a própria região onde o respectivo município esteja inserido. Os números do projeto mostram que de fato existe uma descentralização dos grandes centros, principalmente do eixo Rio de Janeiro e São Paulo. No primeiro ano, em 2004, das 40 histórias aprovadas, 19 foram da região Nordeste, 04 da região Norte, 10 do Sudeste, 05 do Sul e 02 do Centro-Oeste, contemplando um total de 21 estados brasileiros. Nessa edição, os estados com mais aprovados foram: Paraíba com cinco histórias e Espírito Santo com quatro.

⁵ O Instituto Marlin Azul é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) sediada em Vitória-ES e tem como objetivo administrar o Projeto.

Na segunda edição, em 2005 (ano do lançamento do edital), o Nordeste teve 16 histórias aprovadas, o Sudeste 10, o Norte 04, o Sul 07 e o Centro-Oeste 02, contemplando novamente 21 estados brasileiros, tendo Minas Gerais o maior número de selecionados com o total de cinco projetos, seguido de Bahia e Rio Grande do Sul cada um com quatro histórias, a Paraíba, por sua vez, teve três propostas contempladas. Neste ano, um dos filmes não pôde ser realizado devido a problemas de produção, somando então 39 obras finalizadas.

Na edição seguinte, em 2007, as 40 histórias foram distribuídas da seguinte maneira: 13 no Nordeste, 06 no Norte, 13 no Sudeste, 05 no Sul e 03 no Centro-Oeste, contemplando o total de 18 estados. Bahia, São Paulo e Minas Gerais foram os mais agraciados, com quatro histórias cada, a Paraíba teve dois selecionados.

Em um balanço das três edições, a região Nordeste tem o maior número de selecionados, com 48 histórias. Em seguida a região Sudeste com 33, Sul com 17, Norte com 14 e Centro-Oeste com 07. Ao se fazer uma comparação do número de documentários com a quantidade de ficções e animações produzidas nessas edições, observa-se que a quantidade de filmes documentários é maior que as de ficção e animação. No total, dos 119 filmes contabilizados a partir das informações do site oficial do Revelando os Brasis, foram 68 documentários, 50 ficções e uma animação.

Com relação aos valores destinados às produtoras para execução das obras, segundo Silva (2009, p. 23) eles “sofreram alterações a cada nova edição, indo de seis mil reais, para oito mil reais e treze mil reais, respectivamente” (em se tratando das três primeiras edições). Sobre os valores destinados ao programa como um todo, segundo o Relatório de Gestão NOV/2007 – ABR/2010 do SAv/MinC, na primeira edição do programa foi destinado o valor de R\$ 1.051.520,00, no Ano II houve um crescimento para R\$ 1.600.000,00 e na terceira edição, o incentivo foi de R\$ 2.000.000,00 (nos Anos II e III com o patrocínio da Petrobrás).

Nessas edições foram realizados dez filmes paraibanos, contabilizando quatro ficções e seis documentários. As obras não ficcionais são:

Ano I (2004) – Extraordinárias estórias em Manecos (14 min., da cidade de Gurinhém), de Maria José da Silva, que conta, através de depoimentos de moradores locais, algumas histórias relacionadas à lenda da “Cumadre Fulozinha”; Memória bendita (14min, da cidade de Aparecida), de Laércio Ferreira Filho, tem como tema a organização de uma tradicional festa local, o Novenário no Sítio Varzea do Cantinho; Um dia na vida de uma marisqueira (7min.30s, da cidade de Pitimbu), de Adelma Cristovam dos Passos, trata da rotina de Dona Albanira, uma marisqueira que trabalha em Acaú, praia próxima à cidade de Pitimbu.

Ano II (2005) – Manoel Inácio e a música do começo do mundo (14 min., da cidade de São José de Piranhas), de Leonardo Alves, concentra sua história na vida de “Seu” Manoel Inácio, um conhecido tocador de pífano da região de São José das Piranhas, no sertão do estado, mas que parou de tocar depois da morte de sua mulher; A encomenda do bicho medonho (15 min., da cidade de Barra de São Miguel), de André da Costa Pinto, que conta histórias de vida de um senhor chamado David Ferreira, barbeiro e artesão, morador da cidade de Barra de São Miguel.

Ano III (2007) – Talhado (14 min., da cidade de Santa Luzia), de José Aderivaldo Silva de Nóbrega, que aborda a história e a situação do sítio Talhado, e do Bairro São José, (próximos a cidade de Santa Luzia) local onde foi filmada a clássica obra Auranda (1960) de Linduarte Noronha.

Tratando dos documentários, especificamente, a Paraíba tem uma produção que equivale a 8,82% do total no período analisado. Dos realizadores, três eram à época professores de ensino fundamental e outros três eram estudantes universitários e apenas um, segundo o site, tinha a profissão relacionada à produção cultural, caso de Laércio Ferreira, que era professor de história e também produtor cultural participante de uma ONG local.

Algumas questões devem ser destacadas quando se trata do Revelando os Brasis, como por exemplo, a possibilidade que o Programa oferece aos realizadores de produzir seus filmes (muitos desses diretores são estreantes) com financiamento e apoio técnico, apoio este que vai desde a participação obrigatória nas oficinas oferecidas pelo Programa até o custeio de uma equipe técnica especializada para as filmagens. Através de um processo simplificado de edital, que não exige detalhamentos de planilha nem especificações técnicas de produção, valendo-se apenas de uma história contada pelo realizador em forma de texto corrido, permite que pessoas que mesmo sem o conhecimento técnico cinematográfico, possam viabilizar seus projetos. Outro ponto importante do Programa é a condição dada a realizadores iniciantes de executarem seus primeiros filmes de forma consciente e por etapas, compartilhando o aprendizado cinematográfico com profissionais mais experientes que trabalham no estado, assim viabilizando não só a obra em si, mas adquirindo conhecimento que futuramente pode ser convertido em outros filmes. Isso se apresenta, pois, após os diretores retornarem as suas cidades, depois das oficinas, eles buscam a contratação de uma produtora da região para dar suporte técnico nas gravações, e posteriormente na edição.

3– Considerações sobre o Programa DOCTV e a Paraíba

O Programa DOCTV foi criado em 2003, vinculado ao Ministério da Cultura através da Secretaria de Audiovisual e da Fundação Padre Anchieta/TV Cultura, juntamente com a Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC) e com apoio da Associação Brasileira de Documentaristas (ABD). Visava a “premiação em dinheiro de diretores independentes para produção de seus documentários” (Pereira, 2010: 17) em todos os estados brasileiros, além do apoio nas fases de pré-produção, produção e pós-produção dos filmes, contava também com a possibilidade de difusão dos filmes na televisão, possibilitando a distribuição e difusão da obra. Segundo informações do site do DOCTV na TV Cultura⁶, os principais objetivos do programa em sua primeira edição eram:

- Fomentar a regionalização da produção de documentários;
- Incentivar a parceria da produção independente com as TVs públicas;
- Valorizar e difundir as manifestações culturais regionais;
- Implantar um circuito nacional de teledifusão de documentários através da Rede Pública de Televisão;

Destaca-se a tentativa de se regionalizar a produção nacional, confirmando a política de descentralização da produção, assim como no Revelando os Brasis, possibilitando o incentivo

⁶ <http://www3.tvcultura.com.br/doctv/edicaoI>

à realização de documentários para os mais diversos estados brasileiros e evitando a concentração dos benefícios nos locais onde já existisse certa tradição cinematográfica na captação de recursos via editais ou concursos públicos. Isso foi possível através de Concursos Estaduais, que a partir da criação e organização de Pólos Estaduais de Produção e Teledifusão que gerenciaram o programa naquela localidade, e das parcerias com as TVs públicas dos estados federativos (que deveriam se associar a ABEPEC), pôde-se promover editais estaduais e conseqüentemente financiar os documentários através desses concursos específicos e regionalizados.

O SaV/MinC é responsável por financiar com 80% do valor de cada obra com os recursos articulados do Fundo Nacional de Cultura, sendo as TVs públicas responsáveis pelos 20% restantes, contrapartida imposta a essas TVs (apenas na edição IV, as TVs ficaram responsáveis por repassar o valor de R\$ 30.000,00, o que equivale a 30% dos recursos). Esse valor pode ser repassado através de recursos financeiros e/ou insumos de produção, isto é, equipamentos que possibilitem a realização do filme. No caso da Paraíba, a contrapartida da TV UFPB foi através de recursos financeiros. As TVs públicas, para cumprir a contrapartida imposta pelo programa, estabelecem parcerias “junto à administração pública ou iniciativa privada, que ampliam a base de apoio institucional ao DOCTV no estado” (Pereira, 2010: 26). Para realização do projeto, os candidatos também devem indicar uma empresa produtora para atuar como responsável para realização do filme (Pereira, 2009).

Na **primeira** edição, em 2003, o Programa possibilitou a produção de 26 documentários (08 na região Nordeste) em 20 estados federativos diferentes, mas a Paraíba não foi beneficiada com o incentivo, pois não existia a parceria entre o Programa Nacional e a TV local, impossibilitando a criação do Pólo Estadual de Produção. Neste ano, foi disponibilizada uma verba de R\$ 90 mil para cada obra documentária. Na **segunda** edição, em 2004, todos os estados federativos brasileiros mais o Distrito Federal tiveram participação no programa nacional, com uma produção total de 35 documentários (11 filmes nordestinos), disponibilizando para cada filme R\$ 100 mil reais. Apenas a partir dessa edição, com a parceria junto a TV pública paraibana acertada (com a criação da TV UFPB), produz-se o primeiro documentário no estado, “Péricles Leal, o Criador Esquecido”, de João de Lima e Manuel Clemente. O **DOCTV III**, de 2006, também contou com a participação de realizadores de todos os estados, produzindo um total de 35 documentários (com 11 produções no Nordeste), com uma verba também de R\$ 100 mil reais para cada projeto aprovado. A produção paraibana contemplada pelo segundo edital estadual foi o filme “Manoel Monteiro – em vídeo, verso e prosa”, de Rodrigo Lima Nunes. A **quarta** e última edição nacional do DOCTV foi realizada em 2008, com a produção de 55 documentários em todo o Brasil (19 na região Nordeste), disponibilizando uma verba de R\$ 110 mil para produção de filmes, como se pode observar no edital paraibano do programa. Segundo o edital do DOCTV IV paraibano, 80 mil desse valor seria financiado pelo convênio entre a Secretaria de Audiovisual do MinC e a ABEPEC, e os outros 30 mil aportados pelo BNB (Banco do Nordeste do Brasil), verba concernente à televisão pública. Na Paraíba, nessa edição, foi realizado o filme “Sanhauá”, de Elinaldo Rodrigues.

O filme “Péricles Leal, o criador esquecido” trata da trajetória de Péricles Leal, um importante jornalista paraibano que teve decisiva atuação na televisão brasileira. “Manoel Monteiro – em vídeo, verso e prosa” trata sobre a vida e a obra do poeta e cordelista pernambucano, radicado em Campina Grande, Manoel Monteiro, discutindo a utilização da

obra do poeta em escolas da cidade. “Sanhauá” tem como objetivo observar diversas facetas do rio Sanhauá, tratando da relação do homem com o rio, percebendo as diversas manifestações culturais que envolvem esse universo.

Dos recursos para realização do DOCTV, uma de suas principais fontes foi Fundo Nacional de Cultura (FNC), valendo-se de um dos mecanismos criados a partir do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) estipulado pela Lei Rouanet. Com

apoio do FNC, criou-se a Carteira DOCTV/SAV junto ao Ministério da Cultura, que financia 80% das produções documentárias, como já descrito acima (Pereira, 2010: 23,24).

Segundo o Relatório de Gestão Nov/2007 – Abr/2010⁷ desenvolvido pela SAV do Ministério da Cultura, pode-se perceber um crescimento significativo no investimento desse programa por parte da SAV/MinC no decorrer das suas edições. No primeiro ano, foi destinado o valor de R\$ 1.820.000,00 para produção dos documentários. Nas edições II e III esse valor cresceu para R\$ 2.800.000,00 e na última edição nacional R\$ 3.850.000,00. Além desses valores, deve-se constar também a verba disponibilizada pelas TVs Públicas, que segundo Pereira (2010: 55) na primeira edição foi de R\$ 520.000,00 e na segunda e terceira foi de R\$ 700.000,00. Na quarta edição esse valor cresceu para R\$ 1.050.000,00.

Pensando na Paraíba, os valores pouco se alteraram, já que o único acréscimo foi na quarta edição, quando se disponibilizou R\$ 10.000,00 a mais do que nas edições anteriores (passando de R\$ 100 mil para R\$ 110 mil), não havendo aumento no número de produções pela não utilização de Carteiras Especiais ou de outras parcerias com TVs públicas. No entanto, ao se pensar na realidade da produção de documentários no estado, os valores oferecidos como benefício no DOCTV são consideráveis, possibilitando ao realizador planejar as etapas de produção de forma coerente, permitindo também que os profissionais da área recebam valores adequados para o exercício de sua atividade.

Porém, de acordo com Bezerra, Moreira e Rocha (2010: 07) existem algumas críticas recorrentes ao Programa, como por exemplo, a queixa de que os concursos se tornaram mais complexo nas últimas edições, com a exigência de mais detalhamento nos projetos, além de ponderações sobre a metodologia do DOCTV. Mais especificamente na Paraíba, pelo pequeno número de projetos que poderiam ser beneficiados (apenas 01 por edital), observa-se que diretores com mais experiência acabaram sendo beneficiados pelo incentivo, possivelmente por já terem conhecimentos específicos na área e certa prática no desenvolvimento de projetos para edital.

Considerações Finais

Observando os valores destinados a esses filmes na Paraíba, o valor das obras realizadas através do Programa DOCTV foi de R\$ 310 mil, resultante de verbas do Fundo Nacional de Cultura juntamente com a TV pública local. No Programa Revelando os Brasis, tendo como base os números apresentados por Silva (2009: 23) supracitados, o montante é de aproximadamente R\$ 47 mil reais na realização de 07 documentários, nas três edições analisadas. O montante desses dois programas foi de R\$ 357 mil, divididos em 10 documentários realizados nos estado.

⁷<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/06/Relat%C3%B3rio-SAV-gest%C3%A3o-nov-2007-abr-2010.pdf>

O DOCTV e o Revelando os Brasis são dois programas que conseguiram promover na última década a produção de documentários a partir de financiamento federal em estados que não tem tanta tradição na captação de verbas, como a Paraíba, dialogando com a política de descentralização da produção promovida pelo governo federal. Ambos os programas possibilitaram que realizadores iniciantes e experientes colocassem em prática seus projetos, além da oportunidade de participar de oficinas de apoio e capacitação, tendo auxílio nas diversas etapas de produção, e finalmente podendo exibir seus produtos em uma janela que tem a capacidade de atingir um número considerável de espectadores, que é a televisão, a partir das TVs públicas e dos canais que apoiam o programa, no caso a TV Cultura e o Canal Futura, além da TV Brasil.

Referências

CALABRE, Lia. Revelando os Brasis: o projeto. Políticas Culturais em Revista, Salvador, v. 4, n. 2, p. 67-79, 2011.

GATTI, André. O mercado cinematográfico brasileiro: uma situação global? In: MELEIRO, A. (Org.). Cinema no mundo: indústria, política e mercado – America Latina. São Paulo: Escrituras, 2007. p. 99-142.

HOLANDA, Karla. Documentário nordestino: mapeamento, história e análise. São Paulo: FAPESP, 2008. 172 p.

LINS, Consuelo; MESQUITA, Claudia. Filmar o real: sobre o documentário brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 94 p.

BEZERRA, Laura; MOREIRA, Fayga Rocha; ROCHA, Renata. A Secretaria de Audiovisual/MINC no Governo Lula: políticas de cultura, políticas de comunicação. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 6., 2010, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2010. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24615.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

PEREIRA, Verena Carla. A produção de documentários através do DOCTV. Rumores, São Paulo, v. 4, n. 2, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www3.usp.br/rumores/artigos2.asp?cod_atual=102>. Acesso em: 20 set. 2012.

PEREIRA, Verena Carla. Produção documentária estatal no DOCTV. 2010. 200 f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas.

SILVA, Mary Land de Brito. Revelando os Brasis: o objeto assumindo o papel do sujeito em um projeto de inclusão audiovisual. 2009. 176 f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Artes, Campinas.